

ATA DA 60ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CBH - MÉDIO PARAÍBA DO SUL, realizada no dia 24 de novembro de 2025 (segunda-feira), modelo presencial, com início às 14h e término às 17h30min, com a seguinte ordem do dia: **1. Abertura; 2. Aprovação da pauta; 3. Aprovação da ata da 26ª Reunião Plenária Ordinária (18/09/2025); 4. Posse da Universidade de Vassouras 5. Aprovação da Resolução CBH-MPS Nº XX/2025 que dispõe sobre o calendário de reuniões 2026; 6. Aprovação da Resolução CBH-MPS Nº XX/2025 que dispõe sobre a Programação Anual de Atividades e Desembolso - PAAD 2026; 7. Aprovação do Plano de Comunicação 2026-2027; 8. Apresentação e aprovação do Plano de Monitoramento do Comitê; 9. Homenagens; 10. Aprovação da Resolução CBH-MPS Nº XX/2025 que dispõe sobre critérios e procedimentos para participação do Comitê Médio Paraíba do Sul em eventos externos e dá outras providências.; 11. Aprovação da Resolução CBH-MPS Nº XX/2025 que dispõe sobre a alteração da resolução da Resolução nº 78/2018; 12. Assuntos Gerais; 13. Encerramento.**

Item 1. Abertura; A reunião teve início com uma saudação cordial da presidente do CBH-MPS, Caroline Teixeira (P. M. Quatis) agradeceu a universidade de Vassouras e em seguida deu continuidade à leitura da pauta.

Item 2. Aprovação da pauta; Roberta solicitou a retirada do item 11 da pauta. Após a leitura da pauta, a mesma foi aprovada com a exclusão solicitada.

Item 3. Aprovação da ata da 26ª Reunião Plenária Ordinária (18/09/2025); sem nenhuma objeção, a ata foi aprovada.

4. Posse da Universidade de Vassouras; Caroline Teixeira chamou João Pedro Lisboa e Leonardo Feijó, representantes da Universidade de Vassouras, para tomarem posse. João Pedro agradeceu a oportunidade, foi recebido pelo Comitê, e ao final todos o aplaudiram. Foi entregue o certificado de posse.

5. Aprovação da Resolução CBH-MPS Nº XX/2025 que dispõe sobre o calendário de reuniões 2026; Roberta Abreu iniciou a pauta explicando que como não houve aprovação do regimento interno, o calendário de reuniões vai seguir as instâncias atuais no comitê. Informou que as datas do GT SIGA e GT Monitoramento ainda não foram definidas pelos grupos e serão ajustadas posteriormente. As reuniões plenárias e ordinárias ficaram marcadas para os seguintes dias: 25 de fevereiro, 27 de maio, 5 de agosto e 18 de novembro de 2026, todas às quartas-feiras pela manhã. Foi informado ainda que deverá haver uma plenária extraordinária em

março, que geralmente ocorre no Dia da Água, e outra no dia 11 de setembro, data do aniversário do Comitê, que é convocada como plenária. Sem nenhuma objeção, o calendário de 2026 foi aprovado. **6. Aprovação da Resolução CBH-MPS Nº XX/2025 que dispõe sobre a Programação Anual de Atividades e Desembolso - PAAD 2026;** Roberta de Abreu iniciou a pauta explicando que todo ano é feita a aprovação da PAAD na última plenária do ano. Informou que a PAAD é baseada nos instrumentos de planejamento, que são o Plano de Bacia, o Manual Operativo (MOP) e o Planejamento Plurianual (PAP). Roberta explicou que a PAAD 2026 considera o valor total disponível no Comitê, a previsão de arrecadação, os valores previstos no PAP e a previsão de rendimentos, e informou que, em 30 de setembro, havia um saldo aproximado disponível de 7 milhões e 600 mil, com previsão de arrecadação de 2 milhões e 900 mil, totalizando para 2026 o valor previsto de R\$ 11.124.904,48. Explicou também que está previsto que o Comitê aprove a quantidade de reuniões de 2026. Roberta apresentou a PAAD mostrando as agendas do plano, sub agendas, os programas, o código da ação e a ação propriamente dita. Ela explicou ainda a diferença entre a previsão de arrecadação e o PAP, porque o PAP foi aprovado há quatro anos e, após o reajuste do PPU realizado pelo Comitê, ocorre diferença entre o valor do PAP e a previsão anual enviada pelo INEA. Roberta apresentou as atividades previstas: na Agenda 2, há o projeto de monitoramento do Comitê e ações de articulação; na Agenda 3, estão as ações de esgotamento e saneamento rural, sendo informado que para o saneamento rural há aproximadamente 1 milhão e 300 mil, com contrapartida do Protratar de cerca de 127 mil; na Agenda 4, destacou as ações de elaboração de estudos e projetos com vistas à recuperação ambiental e explicou que o Comitê está prevendo a contratação de uma empresa para trabalhar junto aos municípios, na modalidade de mentoria para elaboração de Planos Municipais de Mata Atlântica. Na ação de produção de conhecimento, destinada ao apoio técnico-científico, há valor previsto de 675 mil, e na ação de comunicação o valor é de 203 mil. Roberta informou que, como acontece todos os anos, o relatório das ações de comunicação será apresentado na primeira plenária do ano pela coordenadora de comunicação, Monique Soares. Ela informou também que a parceria com a Fiocruz foi aprovada na plenária do Comitê e segue trâmites para assinatura. Nelson Rodrigues destacou a preocupação sobre eventos críticos e questionou

69 como será possível aportar recursos nessas situações. Roberta explicou que não
70 há recurso reservado especificamente, pois trata-se de demanda eventual, mas
71 que, caso necessário, é possível realocar valores de outras ações não
72 comprometidas. Caroline complementou explicando que, em situações de
73 eventos críticos, o Comitê pode fazer ajustes, anulando recursos que não
74 estejam comprometidas e destinando-os à necessidade emergencial. Ranyere
75 Souza questionou a ausência da parte referente às Unidades Especiais de
76 Gestão, especialmente a infraestrutura verde, e destacou a importância de
77 considerar as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, afirmando que todas
78 as florestas, mesmo não sendo públicas, são produtoras de água e que sentiu
79 falta desse tratamento dentro da PAAD, principalmente no que se refere às
80 unidades de conservação particulares. Caroline explicou que o Comitê visita
81 propriedades e desenvolve atividades com os produtores rurais, mas destacou
82 que o Comitê não pode pressionar municípios ou proprietários, e que está sendo
83 feito tudo o que é possível dentro da área de atuação do Comitê. Caroline
84 Teixeira declarou que, apesar dos pontos levantados, nenhuma alteração foi
85 feita e a PAAD 2026 foi colocada em votação e aprovada por todos os presentes.

86 **7. Aprovação do Plano de Comunicação 2026-2027;** Monique Soares iniciou
87 a pauta apresentando o novo Plano de Atividades de Comunicação, explicando
88 que o documento define objetivos, público-alvo, agendas de trabalho e formas
89 de divulgação, garantindo transparência sobre as ações, decisões e resultados
90 do Comitê. Informou que o plano é estruturado com base na versão criada em
91 2020, inspirada no Plano de Bacia, e que está disponível no site do Comitê. Na
92 Agenda 1, que trata do desenvolvimento de uma política de comunicação
93 integrada, foi proposta uma nova atividade referente à participação social no
94 Simpósio Água Boa, cuja meta é criar anualmente um breve formulário digital
95 para avaliar o evento e incentivar maior engajamento do público. Também foi
96 apresentada a proposta de criação de uma microssérie com vídeos simples
97 sobre temas da gestão hídrica, com previsão de produção de pelo menos um
98 vídeo a cada três meses. Na Agenda 2 foram destacadas as atividades de
99 produção de materiais gráficos, realização de eventos e utilização de
100 plataformas digitais para criação de conteúdo. Na Agenda 3 houve a sugestão
101 de incluir como nova atividade a divulgação do Comitê em instituições de ensino,
102 com a meta inicial de realizar uma apresentação anual em escola ou

universidade para explicar o papel do Comitê. Na Agenda 4 foram mencionadas as atividades de assessoria de imprensa e monitoramento das citações do Comitê na mídia. Durante as discussões, Nelson Reis apresentou duas sugestões: inserir o Comitê em programação de rádio para ampliar a visibilidade e incluir nos TDR de contratações a exigência de um vídeo curto sobre o serviço realizado. Monique esclareceu que a inserção em rádios enfrenta dificuldades devido ao custo elevado e às exigências burocráticas, e que solicitar vídeos em todos os contratos encareceria significativamente as contratações. Denise Thomé (Vale Verdejante) apoiou a proposta de visitas em instituições de ensino e sugeriu ampliar a meta para mais de uma visita anual, chegando a citar a possibilidade de 19 visitas, uma por município. Roberta Abreu observou que esse número seria inviável devido à agenda intensa da equipe. Caroline Teixeira propôs um aumento moderado da meta, sugerindo três ou quatro visitas anuais. Após debate, ficou definido o total de quatro visitas por ano. Sem objeções, o Plano de Comunicação 2026–2027 foi aprovado, considerando a inclusão da meta de quatro visitas anuais.

8. Apresentação e aprovação do Plano de Monitoramento do Comitê; Caio Silva iniciou a pauta informando que o Grupo de Trabalho, ao longo dos últimos dois anos, vem atuando no desenvolvimento do Plano de Monitoramento. Em seguida, apresentou a estrutura geral do plano, explicando que ele contempla tanto a avaliação da qualidade quanto da quantidade de água. Destacou que o Plano de Bacia já previa a elaboração desse plano específico de monitoramento, que inclui um diagnóstico sobre a situação atual da bacia. Caio apresentou alguns tópicos que compõem o diagnóstico, começando pela análise do uso e ocupação do solo, mostrando como esse uso se desenvolveu ao longo dos anos, com o apoio de tabelas e gráficos. Também abordou as fontes pontuais de poluição, explicando que a principal base de dados utilizada é o cadastro de outorga, que reúne as informações dos usuários de água de domínio federal e estadual. Caio destacou que aproximadamente 45% dos cadastros existentes na região têm finalidade industrial. Informou ainda que foi feito um levantamento detalhado dos municípios da bacia para integrar essas informações ao diagnóstico, além de uma abordagem sobre usos de água não cadastrados. Outro ponto importante do diagnóstico é a identificação da rede de monitoramento existente. A rede do INEA atualmente possui 23 pontos ativos, cobrindo uma área de 6.429 km². Dos

48 trechos definidos no enquadramento da bacia, 30 já possuem monitoramento vinculado ao Comitê. Caio também apresentou os objetivos gerais e específicos do Plano de Monitoramento, incluindo a definição de estratégias para aprimoramento da rede atual. Sobre a metodologia, explicou que o trabalho envolve, inicialmente, a definição dos trechos e pontos de monitoramento, partindo dos 48 trechos já mapeados. A partir disso, é realizada uma análise da rede existente e, nos 18 trechos sem monitoramento, serão feitas visitas de campo para identificar locais adequados, registrando imagens e informações necessárias para a instalação futura dos pontos. O plano também prevê a realização de campanhas trimestrais de monitoramento. Durante as discussões, Nelson Reis questionou sobre os pontos de entrega — tema frequentemente mencionado por João Gomes — após observar no mapa os pontos relacionados a PS e NPS. Caio esclareceu que o monitoramento atual considera tanto os pontos de entrega da rede existente quanto o ponto final em Três Rios, e que o monitoramento que está sendo desenvolvido pelo Comitê irá abranger também os afluentes. Daniela Batista levantou uma dúvida sobre a forma como o plano apresenta as fontes de poluição e sugeriu substituir o termo por “pontos de lançamento de efluentes”, para maior clareza técnica. Não havendo objeções, o Plano de Monitoramento do Comitê foi aprovado. **9. Homenagens;** Caroline iniciou a pauta explicando que as homenagens representam um momento especial em que o Comitê reconhece pessoas importantes para sua trajetória. Informou que houve uma pequena mudança no protocolo, pois anteriormente eram homenageadas pessoas que já haviam passado pelo Comitê, mas que o entendimento atual é de que também é essencial homenagear aqueles que ainda fazem parte do Comitê e contribuem ativamente para seu funcionamento. Para este ano, foram levantados dois nomes. A primeira homenageada foi Vera Lúcia Teixeira, que agradeceu o reconhecimento e destacou estar presente desde a fundação do Comitê. A segunda homenageada foi Ingrid Delgado, que está se desligando da gerência do Comitê. Caroline aproveitou o momento para apresentar o novo gerente, Sandro Maciel. Ingrid Delgado agradeceu a todos pelo período de trabalho conjunto, pelo companheirismo e pela parceria ao longo de sua atuação, desejando sucesso ao Comitê e a todos os seus membros. **10. Aprovação da Resolução que dispõe sobre critérios e procedimentos para participação do Comitê Médio Paraíba do Sul em eventos externos e dá**

outras providências; Caroline Teixeira iniciou informando que a Resolução de participações em eventos é antiga e necessitava de revisão. A Diretoria trabalhou em uma proposta enviou junto com a convocatória e que após isso o Comitê recebeu de um dos membros uma proposta de mudanças. Geovane explicou que a proposta veio de um Diretor que participou de toda a discussão na Diretoria e agora a plenária precisa deliberar qual será adotada. Iniciou o comparativo da proposta original e a sugestão de alteração. Discutiu-se a participação dos membros ou indicados do Comitê em eventos externos, sendo reforçado que essa participação é uma atividade voluntária de relevante interesse para o Comitê, devendo receber apoio sempre que possível; Caroline Teixeira explicou que esse trecho não tinha sido incluído inicialmente porque, apesar de ser uma atividade voluntária, envolve a gestão de recursos públicos, porém abriu para votação e todos aprovaram a inserção do item. O item seguinte tratou da relação das representações externas do Comitê, sendo sugerido que a substituição dos representantes ocorra a cada troca de gestão, com revisão geral das representações sempre que houver um novo processo eleitoral; sobre esse ponto, Caroline Teixeira destacou que, por ser um dos primeiros processos da nova gestão, não há garantia de continuidade da mesma pessoa. Luis Felipe manifestou que a proposta do inciso I do parágrafo segundo do artigo 3º tem o objetivo de manter a continuidade do processo de representação da instituição, para que os processos tenham continuidade, não rompendo a representação do indicado no meio de um processo de decisão. Disse que isso seria um critério a ser observado na substituição, para que não aconteça a substituição pela simples vontade de alguém. Geovane Alves alertou que o artigo trata de substituição de representante e no inciso I fala de garantia de continuidade, que não fica coerente e aproveitou para falar sobre a importância de todos lerem o Regimento Interno, destacando que muitas resoluções são criadas porque o documento não é observado. Informou que o Regimento Interno define que quem determina o indicado a representar o Comitê é o Presidente e uma resolução não pode ir contra o que está no Regimento. Vera Lúcia pontuou que considerando essa fala se não seria mais adequado aprovar o Regimento primeiro para depois aprovar a resolução; ela relatou que, quando houve mudança de diretoria, viu seu nome sendo substituído em vários documentos de representação e se sentiu fragilizada pela forma como isso ocorreu, sugerindo

205 retirar o item de pauta, já que o Comitê está construindo o novo Regimento e a
206 resolução deveria ser elaborada após sua conclusão. Falou que precisa rever
207 essa atribuição no Regimento. Que o Comitê é formado e dirigido por uma
208 Diretoria e não é Presidencialismo. Nelson Reis e Luis Felipe concordaram com
209 Vera Lúcia, de aprovar primeiro o Regimento e depois a resolução para não ter
210 nada conflitante. Disse que se incomoda de as decisões do comitê não serem
211 todas realizadas pela plenária e terem algumas apenas pela Diretoria. Disse que
212 como foi dado novo prazo para contribuições no regimento, que vai olhar com
213 carinho. Geovane destacou que o Comitê possui regimento em vigor e que a
214 proposta de resolução não o contradiz e que isso não foi alterado. Disse que a
215 proposta é um anseio dos próprios membros que vêm questionando que apenas
216 os membros da Diretoria participam das coisas e não dão oportunidade para
217 novos entrarem nos processos. Falou ainda que seria cômodo pra ele, Carol e
218 Denise deixarem como é atualmente, mas que preferiram levar à plenária e dar
219 clareza a todos. Falou do caso do FFCBH, que o Regimento do Fórum fala que
220 a participação deve ser preferencialmente do Presidente, Vice e Secretário e
221 hoje os indicados são o Vice-Presidente, o Secretário e o Diretor. E que em
222 gestões anteriores, ele era da Diretoria e não havia representação de poder
223 público no FFCBH, e não era aberta a oportunidade. Caroline Lopes deixou claro
224 que todos receberam o e-mail de solicitação de manifestação de interesse em
225 participar das representações externas e que todas as nomeações foram
226 aprovadas pela diretora, que a assinatura é dela, mas passou por toda a
227 diretoria, mesmo quando não era o desejo dela, mas vencendo a maioria. Falou
228 que eles têm pensado no comitê para todos, mas precisam que todos sejam pelo
229 Comitê também. Frisou que não toma nenhuma decisão importante sozinha, e
230 que seguem as atribuições de cada cargo. Que algumas decisões são tomadas
231 a nível de diretoria quando não há tempo hábil de passar pela plenária e assim
232 é o regulamento do comitê. Markus falou que a Resolução está confusa e que
233 acha melhor aprovar o regimento antes e depois voltar na resolução. Luis Felipe
234 disse que estavam tendo a oportunidade de refletir assuntos que estavam
235 hibernando. Disse que acha melhor rever o regimento antes, que não há
236 necessidade de pressa. E informou que pegam considerações aos documentos
237 antes das reuniões para facilitar, mas até o momento da aprovação é possível
238 receber propostas que visam a melhoria dos documentos. Caroline Teixeira

lembrou que o Regimento possui prazo para aprovação, pois o grupo de discussão foi criado com tempo definido. Abriu para a votação se a Resolução em apreciação deveria seguir em deliberação ou se deveria adiar a avaliação. Por definição da maioria, a avaliação do item foi suspensa e deverá ser retomada na próxima reunião. **11. Aprovação da Resolução CBH-MPS Nº XX/2025 que dispõe sobre a alteração da resolução da Resolução nº 78/2018;** Esse item foi retirado de pauta. **12. Informe sobre as representações; 12. Assuntos Gerais;** Vera Lúcia lembrou que o ECOB será realizado entre os dias 13 e 16 de abril, no município de Miguel Pereira. João Fernandes informou que a APEDEMA realizará o 22º Congresso nos dias 5 e 6 de dezembro, em Rio Claro, e convidou todos os membros do Comitê para participarem. João Pedro Cardoso comunicou que a Universidade de Vassouras separou alguns brindes para o Comitê e que serão sorteados três vales de cursos oferecidos pela Escola de Capacitação. Os ganhadores do sorteio foram Ana Maria Lopes, representante da Prefeitura Municipal de Rio das Flores, Nelson Rodrigues, da OMA Brasil, e Luis Felipe, da Crescente Fértil. Denise Thomé parabenizou os embaixadores Nelson Reis e Vera Lúcia e informou que, em comemoração ao Dia Internacional das Montanhas, celebrado em 11 de dezembro, a Crescente Fértil está organizando uma visita à nascente do Rio Paraíba do Sul, no município de Areias **13. Encerramento.** Após a conclusão dos assuntos em pauta, a reunião foi encerrada pela Presidente Caroline Teixeira (P.M. Quatis) que agradeceu a paciência e participação de todos. A presente ata foi redigida por Amanda Vitoria, Estagiária Administrativa, e após ser aprovada, foi assinada pelo Presidente.

Volta Redonda, 24 de novembro de 2025.

Caroline Teixeira Lopes

Presidente

Encaminhamentos: 1. Atualizar a composição do comitê.

Lista de Presença:

Membros representantes do Poder Públicos: Caroline Teixeira Lopes (P.M. de Quatis); Geovane Alves de Andrade (P. M. de Porto Real); Ranyere Do Nascimento (P. M. de Vassouras); Tatiana Ferreira Furtano (P. M. de Barra do Piraí); Luana Da Silva (P. M. de Itatiaia); Evandro Da Silva (P.M. Rio Claro); Gizely Mirian Gomes Pontual de Oliveira (P. M. de Volta Redonda); Amanda Simões (P. M. de Volta Redonda); Fabio Luís De Souza Nogueira (P. M. de Pinheiral); Francinne Aparecida (P.M Pinheral) Ana Caroline da Silva Alves (P. M. de Paraíba do Sul); Andrei Alves Guedes (P. M. Miguel Pereira).

Membros representantes dos Usuários: Thiago Guedes de Freitas (Águas das Agulhas Negras); Vera Lúcia Teixeira (SAAE-BM); Jaqueline De Souza (CEDAE); Milton Nazareno (LIGHT ENERGIA S/A); Renderson Clayton (Centrais Elétricas Brasileira S/A)

Membros representantes da Sociedade Civil: João Fernandes Lisboa (APEDEMA-RJ); Vera de Fátima Martins (ACAMPAR-RJ); Markus S. W. Budzynkz (ADEFIMPA-RJ); Denise Celeste Godoy De Andrade Rodrigues (UERJ); Nelson Rodrigues dos Reis Filho (OMA BRASIL); Luis Felipe Cruz Lenz Cesar (Crescente Fértil); Denise Thomé da Silva (Associação Civil Vale Verdejante); João Pedro Cardoso (Universidade de Vassouras); Leonardo Feijo (Universidade de Vassouras)

Ausência Justificada: Maria Do Carmo (IBDA); Marcelo Silva Riccó (CSN); Thaianne Gonçalves (Águas da Condessa S.A.).

Lista de presença de convidados: Maria Isabella Farias (FUSVE); Victória Fernandes; Daniella Cristina Batista

Lista de presença de equipe: Ingrid Delgado; Monique Soares; Roberta Abreu; Anaele Rezende; Tatiana Ferraz; Caio Santos; Naomy Euphemio e Carlos Roblysson (AGEVAP).